

Foi posteriormente reclassificado primeiro em motorista de transportes colectivos e ultimamente em agente único de transportes colectivos, tendo sido um exemplo de bom comportamento, assiduidade e sentido de responsabilidade no desempenho das suas funções;

- b) No transporte de passageiros e das crianças das escolas que efectuou ao longo dos anos, pela sua disponibilidade e afa- bilidade com os utentes, foi merecedor, por parte destes, do maior respeito, contribuindo, desta forma, para uma melhor imagem dos serviços perante o público;
- c) O grande aumento na intervenção em áreas relacionadas com o apoio a actividades culturais, desportivas e recreativas le- vadas a efeito pelos diversos agentes do concelho, que implicam a cedência do respectivo transporte, tem provocado o recurso ao trabalho, esse nunca negado por António da Silva Cosme e muitas vezes efectuado sem qualquer tipo de compen- sação.

Esta deliberação foi, nos termos do estabelecido no n.º 4 do artigo 30.º do referido Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, ratificada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 16 de Setembro de 2005.

25 de Outubro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso n.º 8428/2005 (2.ª série) — AP. — Em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que por meu despacho de 7 de Outubro de 2005, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo pelo período de seis meses com Ana Catarina de Sousa Pereira Estrela e Carla Sofia da Graça Alves, com a categoria de auxiliar de acção educativa e com o vencimento ilíquido de € 450,37, índice 142, escalão 1, para prestarem funções no Jardim-de-Infância de Tomar, concelho de Tomar.

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

Aviso n.º 8429/2005 (2.ª série) — AP. — Em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que por meu despacho de 10 de Outubro de 2005, foi rescindido o contrato de trabalho a termo resolutivo certo a partir de 10 de Novembro de 2005, celebrado a 1 de Abril de 2005, com Helena Maria Oliveira Mendes Salgado, com a categoria de técnica profissional de 2.ª classe (fiscal municipal) e com o vencimento mensal ilíquido de € 631,15, índice 199, escalão 1, para prestar funções nas Divisões de Gestão Urbanística.

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

Aviso n.º 8430/2005 (2.ª série) — AP. — Em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 14 de Setembro de 2005, foi rescindido o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a partir de 12 de Outubro de 2005, celebrado em 1 de Abril de 2005 com Marta Maria Gil Ferreira, com a categoria de técnica profissional de 2.ª classe (fiscal municipal) e com o ven- cimento mensal ilíquido de € 631,15 (índice 199, escalão 1), para prestar funções nas Divisões de Gestão Urbanísticas.

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 8431/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, por despacho do pre- sidente de 28 de Setembro de 2005, decidiu contratar a termo reso- lutivo, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Luís Manuel Lopes Afonso, Olívia Maria Tavares Carvalho e Mário Jorge Duarte, com a categoria de operário qua- lificado (jardineiro), pelo período de um ano, eventualmente reno-

vável, com início no dia 7 de Novembro de 2005, a remunerar pelo índice 142. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

Aviso n.º 8432/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, por despacho do pre- sidente de 28 de Setembro de 2005, decidiu contratar a termo reso- lutivo, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Hugo David Silva Costa, com a categoria de fiel de mercados, pelo período de um ano, eventualmente renovável, com início no dia 7 de Novembro de 2005, a remunerar pelo índice 142. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

Aviso n.º 8433/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, por despacho do pre- sidente de 7 de Novembro de 2005, decidiu contratar a termo reso- lutivo, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Maria da Conceição Duque Inácio, com a categoria de auxiliar de acção educativa, pelo período de um ano, eventualmente renovável, com início no dia 9 de Novembro de 2005, a remunerar pelo índice 142. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

Aviso n.º 8434/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, por despacho do pre- sidente de 9 de Novembro de 2005, decidiu contratar a termo resolutivo nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Joana Rita Vilar da Cunha, com a categoria de rececionista/portaria/segurança, pelo período de um ano, eventual- mente renovável com início no dia 10 de Novembro de 2005, a remu- nerar pelo índice 194. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

Aviso n.º 8435/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, por despacho do pre- sidente de 14 de Novembro de 2005, decidiu contratar a termo reso- lutivo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Rita Cristina Simões Gameiro Duarte, com a categoria de auxiliar de acção educativa, pelo período de um ano, eventualmente renovável com início no dia 16 de Novembro de 2005, a remunerar pelo índice 142. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

Aviso n.º 8436/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, por despacho do pre- sidente de 14 de Novembro de 2005, decidiu contratar a termo reso- lutivo, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Elias Américo Macovela, com a categoria de director técnico, com início no dia 10 de Novembro de 2005, a remunerar pelo índice 435. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO

Aviso n.º 8437/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação da Câmara Municipal de 22 de Setembro de 2005, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, nos termos do disposto nos artigos 5.º, 8.º e 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo período de um ano, com Armindo Jorge Lourenço Cruz e Flávio José Garcia da Silva, operários semi- qualificados (cantoneiros), desde 14 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Saraiva Sarmento*.

Aviso n.º 8438/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 22 de Setembro de 2005, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, nos termos do disposto nos artigos 5.º, 8.º e 10.º da Lei

n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo período de um ano, com Maria Alice de Jesus Máximo Augusto e Paulo Alexandre Marques Gomes, cantoneiros de limpeza, desde 14 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Saraiva Sarmento*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 8439/2005 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público o pedido de rescisão do contrato de trabalho a termo resolutivo celebrado com Alfredo Nuno Maciel Barbosa, pelo período de um ano, com a categoria de operário qualificado (canalizador), com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 142, da tabela de vencimentos dos funcionários e agentes da administração pública central e local, com efeitos ao dia 1 de Dezembro de 2005.

30 de Novembro de 2005. — Pelo Presidente da Câmara, a Vice-Presidente, *Ana Margarida R. Melo*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 8440/2005 (2.ª série) — AP. — Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que a presidente da Câmara, procedeu à contratação a termo resolutivo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, da seguinte trabalhadora:

Marisa Cristina Sabino, pelo período de um ano, com efeitos a 16 de Novembro de 2005, na categoria equiparável a auxiliar de acção educativa, nível 1, por despacho de 9 de Novembro de 2005.

17 de Novembro de 2005. — Pela Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

Aviso n.º 8441/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal, por despacho do presidente da Câmara de 27 de Outubro de 2005, celebrou contrato de trabalho a termo certo resolutivo, no âmbito do Programa Vida-Emprego, com início a 2 de Novembro de 2005, e pelo prazo de um ano, com Rui Manuel Hortas Esteves, para exercer as funções de auxiliar de serviços gerais, a remunerar pelo 1.º escalão, índice 128 (€ 405,96) da tabela salarial da função pública.

2 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Vitor Miguel M. Arnaut Pombeiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE AGUIAR

Aviso n.º 8442/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar renovou por um ano os contratos a termo resolutivo realizados com Carlos Jorge Rebelo Amaral Gonçalves, com a categoria de técnico superior, Maria das Dores do Rio Costa Barreiro e Luísa Alves Fernandes Teixeira, com a categoria de auxiliar de serviços gerais.

28 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Domingos Manuel Pinto Batista Dias*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI

Edital n.º 663/2005 (2.ª série) — AP. — Torna público, no uso da competência que lhe confere a alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º, conjugado com o artigo 91.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 1 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Vila de Rei, na reunião camarária, realizada a 11 de Novembro de 2005, deliberou submeter a apreciação pública uma proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Vila de Rei, em cumprimento do n.º 1

do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

Assim, durante o período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente edital, no *Diário da República*, poderá a proposta de alteração ao Regulamento, ser consultada no Edifício dos Paços do Concelho, na Divisão Financeira e Patrimonial, sobre a qual os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ou reclamações à Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, nos termos do n.º 2 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

30 de Novembro de 2005. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquim*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Aviso n.º 8443/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho da presidente da Câmara Municipal de 18 de Novembro de 2005, se renovou o contrato de trabalho a termo certo com o operário (pedreiro) Luís Duarte Ribeiro Tomé, com início em 25 de Novembro de 2005 e a terminar em 24 de Novembro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2005. — A Presidente da Câmara, *Maria do Carmo Sequeira*.

Aviso n.º 8444/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, em 8 de Setembro de 2005, se procedeu à rescisão do contrato de trabalho a termo certo com o cabouqueiro Paulo Sérgio Pires Correia, a seu pedido, alegando motivos pessoais, havia tido início em 17 de Novembro de 2003 e terminava em 16 de Novembro de 2005.

28 de Novembro de 2005. — A Presidente da Câmara, *Maria do Carmo Sequeira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

Aviso n.º 8445/2005 (2.ª série) — AP. — José Baptista Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, que, ao abrigo do n.º 5 do artigo 450.º do Código do Trabalho, foi cessado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, relativo a Manuel António Boia Padrão, com efeitos a partir de 9 de Setembro de 2005.

22 de Novembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Baptista Rodrigues*.

JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS

Rectificação n.º 742/2005 — AP. — Por ter sido publicado com inexactidão no apêndice n.º 137 ao *Diário da República*, 2.ª série, o aviso n.º 7082/2005 (2.ª série) — AP, referente ao quadro de pessoal desta Junta de Freguesia, rectifica-se que onde se lê sob a forma «técnico superior de serviço social» deve ser subdividida em duas partes e ler-se numa «técnico superior de serviço social» e noutra «técnico superior».

14 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Vitor da Silva Pereira Canastro*.

JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 8446/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que por deliberação do executivo da Junta de Freguesia de Castelo Branco, tomada em reunião realizada em 16 de Novembro de 2005, foi renovado contrato de trabalho a termo certo, por seis meses, nos termos do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com Domingos de Jesus Coelho, com a categoria de auxiliar de serviços gerais. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Jorge Neves*.